

DOSSIÊ

EXPLORANDO O EFEITO DAS CLIVAGENS SOCIAIS E POLÍTICAS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL

*EXPLORING THE EFFECT OF SOCIAL
AND POLITICAL CLEAVAGES ON YOUTH
POLITICAL PARTICIPATION*

Julian Borba* 

Éder Rodrigo Gimenes** 

Gregório Unbehaun Leal da Silva*** 

* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
borbajulian@yahoo.com.br

** Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.
ergimenes@uem.br

*** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
cienciapoliticaporgregorio@gmail.com

RESUMO

Analisa-se o efeito das clivagens social e política sobre a participação política de jovens em distintas modalidades de engajamento político. Para tanto, foram testadas hipóteses de que [H1] as clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens, [H1a] mulheres jovens participam mais do que homens jovens e [H2] as clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens. Os dados são oriundos de *survey* aplicado junto a estudantes do ensino médio de Porto Alegre pelo Nupesal (UFRGS). Os achados confirmaram parcial e/ou integralmente as hipóteses, denotando haver diferenciação entre os determinantes da participação juvenil conforme as modalidades testadas, com destaque para o impacto do gênero na clivagem social e do processo de socialização nos anos impressionáveis, levantando aspectos para a continuidade da agenda de pesquisas sobre o tema no Brasil.

Palavras-Chave: Comportamento Político; Participação Política; Juventude; Democracia; Brasil.

ABSTRACT

This article studies the effect of social and political cleavages on the political participation of young people in different modalities of political engagement. Therefore, we tested hypotheses that [H1] social cleavages have effects on the political participation of young people, that [H1a] young women participate more than young men, and that [H2] political cleavages have no effects on the political participation of young people. The data are from a data bank from a survey applied by NUPESAL (UFRGS) to students at the secondary school level in Porto Alegre. The figures partially and/or fully confirm the hypotheses, denoting a difference between the determinants of youth participation according to the modalities tested, with emphasis on the impact of gender on social cleavage and the process of socialization in the impressive years, raising aspects for the continuity of research on this topic in Brazil.

Keywords: Political Behavior; Participation Policy; Youth; Democracy; Brazil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A conformação da cultura política dos indivíduos e seu impacto sobre a democracia é tema recorrente da agenda de pesquisas na área de comportamento político desde o seminal estudo de Almond e Verba (1963), que inaugurou as discussões sobre atitudes, valores e percepções dos cidadãos com relação à política. Em seis décadas desde a publicação de *The civic culture*, são inúmeras as perspectivas analíticas desenvolvidas, com ênfase na questão da participação e seus impactos sobre a qualidade e legitimidade de regimes democráticos e nas características que se relacionam com o comportamento político individual, como escolaridade, gênero e idade, por exemplo.

Em se tratando especificamente da questão etária, Dahl (1997) afirma que as duas primeiras décadas de socialização são cruciais à formação da cultura política dos indivíduos, pois trata-se do período de socialização primária, que ocorre basicamente em duas instituições, família e escola, nas quais convivemos durante nossa infância e adolescência. Conforme o autor, nessas décadas que configuram anos impressionáveis, a cultura política dos cidadãos se molda de modo a compor a base daquilo que orientará seus comportamentos, atitudes e valores no segundo período de socialização, que ocorre em instituições relacionadas ao trabalho e outras experiências da vida adulta, as quais podem até alterar ou incorporar novas crenças, mas têm como ponto de partida aquilo que se forjou ao longo da infância e parte da juventude.

De modo semelhante, Easton (1975), ao definir as medidas de adesão dos indivíduos ao regime democrático por meio da divisão entre apoio difuso e específico, afirmou que a conformação da primeira medida, de caráter normativo, ocorre também ao longo de seu processo de amadurecimento, sendo a juventude um período importante de socialização política.

Recentemente, Dolezal (2022) discutiu o impacto de clivagens sociais e políticas sobre a participação política entre um conjunto de 29 países

européus, com dados do *European Social Survey* (ESS) de 2018 e 2019, buscando identificar os impactos de características sociodemográficas e de posicionamento com relação a questões de ordem política e que podem gerar posicionamentos polarizados. O autor destacou a relevância da idade como variável explicativa de diferentes modalidades de engajamento dos indivíduos na política, o que reforça a pertinência da compreensão dos efeitos dessa característica no comportamento político individual, especialmente neste contexto, em que assiste-se ao avanço do conservadorismo e ao questionamento da legitimidade dos regimes democráticos em diversos países, inclusive pelas vias institucionais – como alertaram Levitsky e Ziblatt (2018) – como as eleições e discursos e/ou ações antidemocráticas de presidentes como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, por exemplo.

Focando mais detidamente no caso nacional e pensando a relação entre juventude, participação e política, neste ano de 2023 completa-se 10 anos desde as “Jornadas de Junho”. Para uma parcela dos jovens, aquele foi o primeiro momento de contato com alguma ação política, assim como para parcela expressiva da população com mais idade, tanto que emergiu a máxima “O gigante acordou”, como se aquele fosse um primeiro momento de mobilização política nas ruas, a despeito de ondas de protestos ocorridas, por exemplo, no período das “Diretas Já” e pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1984 e 1992, respectivamente (TATAGIBA, 2014).

Fato é que muitos jovens foram às ruas; depois vieram os “rolezinhos”, como movimentos de crítica e ocupação de espaços públicos, com destaque aos *shopping centers* (CALDEIRA, 2014), as ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas entre 2015 e 2016 (TAVOLARI *et al.*, 2018) e a campanha pela inscrição de jovens para quem o voto era facultativo nas eleições de 2022 pela Justiça Eleitoral, buscando sensibilizar os adolescentes com idade entre 16 e 17 anos sobre a importância da participação eleitoral e do envolvimento na política.

Ante a esse contexto, o presente artigo tem o objetivo de analisar o efeito das clivagens social e política sobre a participação de jovens brasileiros em distintas modalidades de engajamento político. Nessa investigação, buscamos testar algumas hipóteses. A primeira diz respeito à expectativa de impacto de variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico desse grupo etário:

H1. As clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens.

Um desdobramento dessa hipótese é que, considerando mudanças culturais decorrentes do desenvolvimento humano (INGLEHART e WELZEL, 2009) e do avanço de conquistas sociais e de visibilidade pública de pautas femininas e feministas no Brasil nas últimas décadas, haja diferenciação expressiva entre a participação de jovens conforme o gênero, de modo que:

H1a. Mulheres jovens participam mais do que homens jovens.

Avançando às clivagens políticas, buscamos analisar os impactos das atitudes de tolerância a distintos grupos e das opiniões sobre o papel e tamanho do Estado em termos econômicos, sobre a participação.

H2. As clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens.

A fim de desenvolver testes empíricos que oferecessem possibilidade de testar nossas hipóteses, mobilizamos a pesquisa realizada entre jovens de Porto Alegre em 2019, presencialmente, pela equipe do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nuposal/UFRGS), com estudantes secundaristas, que atingiu 865 respondentes. Trata-se de uma base vinculada ao projeto “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”,

coordenado pelo Professor Marcello Baquero, da qual extraímos os dados para esta discussão.

O artigo apresenta em sua estrutura outras quatro seções para além desta, introdutória. Na sequência, expomos um quadro teórico sintético do debate sobre participação, juventude e clivagens, a fim de estabelecer o *corpus* em que esta investigação está fundamentada. A terceira seção expõe aspectos metodológicos das análises, e a quarta trata dos resultados e sua discussão. Por fim, tecemos considerações finais acerca dos achados da pesquisa e potencialidade de debates com a agenda nacional e internacional em curso.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE EM PERSPECTIVA TEÓRICA

O desenvolvimento do debate acadêmico sobre participação política pode ser sintetizado em duas perspectivas. A primeira se preocupa com a classificação das modalidades de envolvimento dos cidadãos com a política, inicialmente partindo da diferenciação entre modalidades convencionais – tradicionais, relacionadas ao período eleitoral – e, pouco tempo depois, não convencionais – decorrentes de atividades contestatórias ou não convencionais – com a inserção de novas formas de atuação ao longo das décadas e conforme os contextos sociopolíticos se alteraram, como dimensiona o balanço teórico de Borba (2012), por exemplo.

A segunda perspectiva dos estudos sobre participação analisa os determinantes e a evolução dessas modalidades entre a população. Quanto aos determinantes, a teoria do voluntarismo cívico se constitui no esforço intelectual mais abrangente sobre o tema, destacando o papel dos recursos individuais (renda, escolaridade, tempo) e coletivos (as habilidades cívicas desenvolvidas através do associativismo civil)

(VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Dessa forma, como os recursos estão distribuídos de maneira desigual nas sociedades, isso se reflete em padrões desiguais de participação política.

Já no que se refere aos padrões de participação, o diagnóstico mais aceito nas últimas décadas aponta, por um lado, a redução do envolvimento de indivíduos em modalidades mais tradicionais de participação, combinada com a elevação de atuações não convencionais, de modo que estaria em curso uma mudança cultural, no sentido do estabelecimento de uma cidadania crítica (NORRIS, 2007) baseada em valores de autoexpressão e preferência pela participação menos hierarquizada e mais direta, em diálogo com a mudança cultural no sentido do estabelecimento do pós-materialismo (INGLEHART e WEZLEL, 2009).

Nesse contexto, especialmente em democracias consolidadas, mas também, em alguma medida, em democracias mais jovens, haveria redução da participação eleitoral e do partidarismo, por um lado, bem como aumento do envolvimento individual em manifestações e protestos e na atuação por meio do ciberativismo, por outro. Sobre tal diagnóstico, tem-se duas considerações: primeiramente, denota-se o impacto da mobilização de distintos repertórios de ação política (BARNES e KAASE, 1979) pelos indivíduos sobre a participação de modo amplo, que passaram a mobilizar distintas modalidades de participação conforme o objeto e o objetivo políticos; e, em segundo lugar, que tais mudanças em termos de padrões de engajamento impactam as novas gerações no sentido de que são socializadas com maior ou menor percepção sobre a relevância de determinadas modalidades de ação política.

Acerca desse segundo aspecto, especificamente com relação aos jovens, Milbrath e Goel (1977) sinalizaram que a participação é menos recorrente entre os jovens do que entre as demais faixas etárias e aumenta ao longo da vida adulta, com redução na velhice, o que

posteriormente foi reafirmado em estudos como os de Wattenberg (2003) e Blais e Rubenson (2013).

Tais resultados são reafirmados pelo recente trabalho de Dolezal (2022), que buscou identificar o impacto de clivagens sobre a participação política, asseverando que tal relação ainda não fora explorada pela Ciência Política. Em se tratando de clivagens, o autor explorou dois conjuntos de variáveis relacionadas às perspectivas social e política para compreender como um conjunto amplo de cidadãos europeus se relacionava com formas de participação política eleitorais e não eleitorais.

Antes de avançarmos ao debate e aos resultados de Dolezal (2022), cabe destacar que, de acordo com as contribuições de Bartolini e Mair (1990), clivagens são caracterizadas por divisões sociais e de valores associados às preferências partidárias. Bartolini e Mair (1990) explicam que se trata de uma relação relativamente estável ao longo do tempo entre um grupo ou grupos sociais que compartilham características e/ou valores semelhantes e um partido político. Moreno (2019), por sua vez, corrobora as ideias apresentadas por Bartolini e Mair (1990). Essa relação estável entre grupos sociais e partidos políticos indica que uma clivagem é um fenômeno mais complexo do que a simples associação entre determinadas questões estruturais e o voto.

Já Deegan-Krause (2007, 2013) propôs uma distinção entre clivagens “completas” e “parciais” com base no número de elementos de clivagem existentes, conforme definido por Bartolini e Mair (1990). Tal diferenciação se basearia em categorias de “diferença” (um único elemento de clivagem), “divisão” (dois elementos) e “clivagem completa” (todos os três elementos): a diferença ou “divisão de posição” seria uma divisão baseada em estrutura e atitudes, que se assemelharia à combinação entre diferenças estruturais e atitudinais sem que houvesse relação política correspondente; a divisão “por questões” representaria a interação entre as atitudes políticas e o partidarismo, sem um elemento estrutural dominante; e, por fim, a

clivagem completa, ou “divisão de censo”, seria uma aliança entre escolhas políticas e identidade de grupo, sem necessariamente aspectos atitudinais envolvidos.

De modo a operacionalizar sua investigação, Dolezal (2022) trabalhou com as perspectivas de clivagens social e política. A primeira buscou refletir diferenças comportamentais a partir de variáveis sociodemográficas relacionadas a características de gênero, idade, escolaridade e classe social, aos moldes do debate sobre centralidade social, em que aqueles que possuem características mais centrais, sob a perspectiva da estrutura social, tenderiam ao maior engajamento e à realização de atividades mais complexas (MILBRATH, 1965; REIS, 1978, 2000; REIS e CASTRO, 1992; AVELAR, 2004). Nesse sentido, tais variáveis foram inseridas nos modelos explicativos com a expectativa de identificação do impacto do status socioeconômico sobre a participação política, o que dialoga, em alguma medida, com a teoria do voluntarismo cívico de Verba, Scholozman e Brady (1995), que postularam que a participação implica disponibilidade de recursos que permitam o engajamento.

Já com relação à clivagem política, Dolezal (2022) baseou-se em indicadores que perpassam o debate clássico baseado em contraposições entre posicionamentos econômicos à esquerda x direita e politicamente liberais x autoritários, baseando-se em aspectos que dimensionam as posições divergentes de grupos que se colocam como mais progressistas ou conservadores sob diferentes perspectivas no contexto político.

Em termos de explicações, o autor buscou identificar os impactos das clivagens sobre o comparecimento eleitoral, o partidarismo, envolvimento em protestos e boicotes (consumo) e também ciberativismo, sendo que, para além de modelos de regressão para cada modalidade, foi também apresentado outro com vistas à identificação do efeito das clivagens enquanto determinantes do conjunto de formas de envolvimento político

analisadas. De modo objetivo com relação à temática deste artigo, destacamos que Dolezal (2022) encontrou resultados que confirmam o que a literatura vem destacando recorrentemente com relação à participação de jovens: idade tem efeitos positivos entre modalidades tradicionais (convencionais) de atuação política e negativo para modalidades não tradicionais (não convencionais), o que significa que o passar do tempo (anos de vida) estimula o envolvimento em formas convencionais ou eleitorais de relacionamento com a política e, ao contrário, diminui a participação não tradicional¹.

Acerca dos estudos sobre participação política de jovens no Brasil, um texto de destaque nessa agenda de estudos no âmbito do comportamento político é a pesquisa de mestrado de Okado (2013), que buscou responder se haveria efeitos do ciclo de vida ou de gerações sobre a participação política dos brasileiros. Em seu balanço teórico, o autor destacou que o debate sobre juventude e participação política no país até aquele momento perpassava majoritariamente os processos de socialização juvenil, em que o envolvimento com a política era um dos aspectos dentro da conformação da cultura desses indivíduos, como presente em Abramo (1994, 2011), Abad (2002) e Sposito (2013).

Por meio de análises de dados do Latinobarômetro para os anos de 1995, 2000 e 2005, o pesquisador identificou resultado semelhante àquele de Dolezal (2022) entre os europeus, ou seja, diferenciação entre jovens e adultos no sentido de que indivíduos com menor idade optam pelo desenvolvimento de ações políticas tidas como não convencionais, ao passo que os mais velhos se utilizam de mais modalidades tradicionais de atuação política (OKADO, 2013).

Em balanço da produção acadêmica sobre a temática da participação política da juventude no Brasil no período entre os anos de 2007 e 2017, Peçanha (2022) identificou que as ocupações das escolas contribuíram para o aumento do interesse dos estudantes pela participação política,

¹ Os modelos completos e seus resultados encontram-se em Dolezal (2022).

especialmente aquela não convencional de protesto, e fizeram emergir diversas discussões no âmbito das escolas públicas, especialmente sobre questões relacionadas a direitos de minorias, com destaque para os atravessamentos de marcadores sociais de gênero e sexualidade, raça/etnia e classe social.

Por sua vez, em revisão sistemática da literatura acadêmica sobre os termos juventude, jovens, formação política e participação política, Cristo, Aragão e Saba (2022) identificaram, para além da polissemia que envolve o debate do engajamento político entre os jovens no Brasil, que se trata de grupo etário fortemente descrente com relação aos caminhos tradicionais de ação política e, simultaneamente, propensos e confiantes em modalidades não convencionais de participação.

Tais resultados são também identificados em diversos estudos sobre distintas modalidades de participação política no Brasil ao longo do tempo, sendo recorrentes entre debates do comportamento político o uso de variáveis relacionadas à idade – seja dividida em faixas etárias ou como variável contínua –, majoritariamente como controle em modelos explicativos, porém com efeitos significativos que reforçam a diferenciação entre os efeitos dessas medidas sobre as formas de engajamento político dos brasileiros.

Ainda com relação aos jovens brasileiros, cabe reforçar o destaque às pesquisas empreendidas pelo Nuposal, que se dedicam à coleta, sistematização e análise de dados coletados entre estudantes de escolas públicas e privadas nas três capitais da Região Sul do Brasil (Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS), cujas publicações versam sobre diferentes temáticas, como, por exemplo, Baquero e Baquero (2007), Baquero (2017), Baquero, Bernardi e Morais (2019), Morais, Milanezi e Lima (2021) e Morais e Bernardi (2021).

Contudo, entre as pesquisas brasileiras acerca da relação entre juventude e participação política, destacamos a ausência de publicações

que foquem especificamente ou mesmo mencionem o quadro teórico recente sobre as clivagens, que tem se desenvolvido mais expressivamente no contexto nacional apenas nos últimos anos, sem, no entanto, focar na temática deste artigo, o que justifica a relevância empírica desta investigação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS DESCRITIVOS²

Conforme destacado acima, os dados para esta pesquisa são oriundos de *survey* aplicado com jovens de Porto Alegre, alunos do ensino médio. A representatividade da amostra foi calculada a partir do tipo de escola, se pública ou privada, chegando-se ao total de oito. Dessas, quatro estaduais, três municipais e uma federal (Colégio de Aplicação da UFRGS). Ao todo, foram 865 respondentes ao questionário.

Em se tratando de aspectos técnicos de operacionalização da análise empírica, assumimos o trabalho de Dolezal (2022) como inspiração para esta investigação, de modo que nos concentramos em quatro diferentes modalidades de participação disponíveis no banco de dados do Nupesal: voto (disposição a votar), preferência ou identificação partidária³, atuação em protestos ou mobilizações e ciberativismo. Para além desses modelos, buscamos também verificar quais os determinantes de um índice cumulativo desse conjunto de variáveis.

Optamos por binarizar as variáveis de participação, adotando a resposta “Já participou” e “Participo” como 1, e “Não participa” como 0⁴, ao

²O apêndice on-line consta disponível em:

<https://github.com/gregorioCPcG/Participa-ojovensSul/tree/main>

³Apesar de identificação partidária não ser uma modalidade de participação política, a utilizamos aqui como *proxy de participação em partidos*, considerando a semelhança de preditores já identificada em estudos anteriores (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015). Outra justificativa para o uso dessa variável foi o fato de ela ter sido usada no estudo de Dolezal (2022).

⁴A exceção foi a questão relativa ao voto, que já era binária.

passo que, na construção do índice geral de participação, optamos pela soma simples daqueles casos⁵ em que obtivemos respostas nas quatro perguntas. Os valores desse indicador, portanto, variam entre 0 e 4.

Tabela 1. Participação entre os jovens

Variável	%
Votaria	63,5
Partidarismo	4,5
Protesto/mobilização	38,2
Ciberativismo	37,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Nupesal (2019).

As frequências decorrentes das modalidades de participação que buscamos explicar neste artigo apresentam três diferentes intensidades. Com relação às duas modalidades convencionais, temos discrepância entre os percentuais de jovens que declararam que votariam (quase dois terços da amostra) e que manifestaram preferência ou vínculo partidário. Por um lado, é expressivo o primeiro percentual, de 63,5%, por se referir a um grupo para o qual o voto é facultativo, porém dependente de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, ainda que o questionário mencione a escolha do respondente em um cenário sem obrigatoriedade. Por outro lado, o reduzido percentual de partidarismo pode ter relação direta com a socialização desses jovens, já que o percentual de brasileiros filiados a partidos é baixo, e tais instituições são fortemente burocratizadas, o que tenderia a afastar a juventude, conforme apontam autores clássicos do comportamento político (PUTNAM, 2002; WATTENBERG, 2003; KINDER, 2006; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018).

⁵ Eram poucos os casos de não respostas às quatro variáveis que compunham o índice. 21 para o voto, 13 para partidarismo, 14 para protesto e 15 para participação on-line. Para a criação do índice geral, optou-se por imputar esses valores usando a técnica *mice*, conforme sugerido por Van Buuren e Groothuis-Oudshoorn (2011).

Já com relação às modalidades de participação não convencional, tanto para protestos quanto para ciberativismo, identificou-se envolvimento de cerca de quatro em cada dez brasileiros, portanto, percentuais intermediários com relação às modalidades tradicionais, porém relevantes para os jovens, o que também é consonante com achados de pesquisas internacionais anteriormente apresentadas.

Após definirmos as variáveis dependentes sobre participação, selecionamos as variáveis independentes para ambas as clivagens. Em termos de clivagem social, incluímos em nossa análise sexo, tipo de escola, classe social, religiosidade, raça/etnia e escolaridade dos pais. O gênero e o tipo de escola são binários e foram mantidos no formato original. Quanto à classe social, era uma pergunta subjetiva para a qual consideramos a codificação original, com exceção da junção das duas categorias com maiores rendimentos (média alta e alta), devido ao baixo número de respondentes em ambas⁶. Para raça/etnia, binarizamos a variável separando os jovens apenas entre brancos e não-brancos. Por fim, quanto à escolaridade dos pais, optou-se pela soma⁷ simples dos níveis de escolarização da mãe e do pai com base nas perguntas correspondentes.

Os dados descritivos demonstram que, entre os jovens de Porto Alegre que responderam a pesquisa, havia pequena predominância feminina, com expressiva concentração de estudantes de escolas públicas e com classe social subjetivamente percebida como sendo média baixa ou média. Tratou-se de um público com baixa frequência em atividades religiosas, concentradamente branco e com pais que, juntos, tinham escolaridade média intermediária.

⁶ Aqueles que não responderam ou não sabiam foram classificados como NS/NR e mantidos como uma categoria separada. Essa abordagem foi adotada devido à quantidade razoável de respostas nessa categoria e para evitar a perda desses casos nas análises de regressão. Nos modelos expostos no artigo, essa categoria não é apresentada por ter sido ocultada.

⁷ Aqui, como na criação do index geral, se adotou procedimento semelhante de imputação dos casos ausentes, ou seja, a técnica *mice*, conforme sugerido por Van Buuren e Groothuis-Oudshoorn (2011). A medida de escolaridade de pai e mãe se distribui entre 1 e 7 em variável categórica, de modo que a somatória simples gerou valores entre 2 e 14.

Tabela 2. Informações descritivas de variáveis de clivagem social

Variável	Categorias	%
Sexo	Masculino	48,1
	Feminino	51,9
Tipo de escola	Pública	72,7
	Privada	27,3
Classe social (subjativa)	Baixa	11,8
	Média baixa	36,9
	Média	35,8
	Média alta e alta	12
	NS/NR	3,5
Religiosidade	Participa frequentemente	18,7
Raça/etnia	Branco	60,5
	Não-brancos	39,5
Escolaridade dos pais	Média	9,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Nupesal (2019).

Com relação a essas variáveis e justificativas para sua inclusão, em geral temos que características sociodemográficas que remetem à centralidade tendem a impactar positivamente a participação, de modo que, ao nos reportarmos à *H1*. *As clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens*, a expectativa é de que homens, de classe média e/ou média alta/alta, brancos e cujos pais têm maior escolarização sejam aqueles que mais participam das distintas modalidades testadas.

Por outro lado, consideramos a religiosidade especificamente a partir do argumento de Dolezal (2022), de que a frequência em atividades religiosas implicaria o desenvolvimento de noção de hierarquia, respeito e comunidade, que poderiam impactar positivamente as modalidades tradicionais e negativamente aquelas não convencionais.

Já com relação ao tipo de escola, não há expectativa determinada, uma vez que, tendo em vista o impacto das ocupações realizadas em 2016 e discussões provenientes daquele momento, conforme destacado pelos balanços de literatura sobre participação política juvenil no Brasil, pode-se esperar que alunos de escolas públicas participem mais. Por outro lado, como a literatura internacional denota a relevância de recursos à participação, resultado favorável àqueles que estudam em escolas privadas também é possível de ser encontrado.

Contudo, no que se refere ao gênero, temos uma hipótese rival ou segmentada específica de que *H1a. Mulheres jovens devem participar mais do que homens jovens*. A disparidade de opinião entre homens e mulheres na política, conhecida como *gender gap*, tem sido amplamente discutida em sociedades avançadas, porém recebeu menos atenção em outras partes do mundo. De acordo com Norris e Inglehart (2003), em pesquisa que incluiu países em desenvolvimento, ainda existem diferenças significativas entre os gêneros nas atitudes políticas, sendo as mulheres geralmente mais conservadoras e menos envolvidas na política em comparação aos homens, uma disparidade denominada *traditional gender gap*, que foi também identificada por Morgan (2015).

No entanto, há teorias que sugerem uma possível mudança no padrão dessas diferenças de gênero. Estudos realizados em países desenvolvidos indicam que o declínio da influência religiosa (BOAS e SMITH, 2015) e o surgimento de valores pós-materialistas (NORRIS e INGLEHART, 2003) podem levar a transformações nesse cenário, resultando em um novo tipo de distanciamento, conhecido como *modern gender gap*. Morgan (2015), em sua pesquisa sobre votação na América Latina, ressaltou que as mudanças na dinâmica de gênero, incluindo o aumento da independência das mulheres, têm potencial de gerar maior participação das mulheres e uma posição menos conservadora.

Ademais, no caso brasileiro, nos últimos anos as mulheres têm alcançado cada vez mais visibilidade pública e política, a despeito da manutenção de condições discrepantes em múltiplas dimensões sociais – desde a quantidade de horas e a desigual distribuição das tarefas domésticas à discrepância salarial e posições hierárquicas “possíveis” no mundo corporativo e na política –, e também se destacaram no contexto de participação de jovens por ocasião das ocupações de escolas, conforme salientou Peçanha (2022) ao destacar as pautas de sexualidade e gênero naquele contexto. Considerando especialmente este último argumento, nossa expectativa é de que as jovens sejam mais participativas do que os jovens.

Para além da clivagem social, também buscamos testar os efeitos da clivagem política sobre a participação de jovens brasileiros. Para tanto, consideramos dois conjuntos de questões, que remetem a indicadores de intolerância e privatismo. A intolerância é uma medida que agrega três posições de incômodo com a convivência com pessoas de religiões diferentes, com homossexuais e com indivíduos com opiniões políticas diferentes. Já a visão privatista se refere àqueles que manifestaram preferência por privilegiar a administração de empresas em detrimento dos governos quanto ao bem-estar do cidadão e na provisão de aposentadorias e serviços de saúde e de educação.

Tabela 3. Informações descritivas de variáveis de clivagem política

Variável	Categorias	%
Intolerância a pessoas de outras religiões	Nada	86,7
	Pouco	10,3
	Muito	2,2
Intolerância a homossexuais	Nada	90,6
	Pouco	6
	Muito	2,5
Intolerância a pessoas com opiniões políticas diferentes	Nada	62,9
	Pouco	31
	Muito	4,9
Índice de intolerância	0 a 1	0,09*
Quem deve ser o responsável por: bem-estar dos cidadãos	Governo	86,7
	Empresas	8,8
Quem deve ser o responsável por: aposentadorias	Governo	80,8
	Empresas	14,5
Quem deve ser o responsável por: saúde	Governo	82,7
	Empresas	13,1
Quem deve ser o responsável por: educação	Governo	87,2
	Empresas	8,2
Índice de visão econômica privatista	0 a 1	0,11*

* média. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Nuposal (2019).

Para a construção dos dois indicadores de clivagem política, foi adotada a técnica de redução de variáveis de análise fatorial confirmatória (ROSSEEL, 2012). A literatura existente (ANSOLABEHERE, RODDEN e SNYDER, 2008; FELDMAN e JOHNSTON, 2014; CARMINES e D'AMICO, 2015) destaca os benefícios de criar fatores em vez de se basear exclusivamente em algumas questões, de modo que essas

variáveis obtidas propiciam a obtenção de um *score* individual para cada respondente⁸.

A hipótese de que H2. *As clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens* diz respeito à expectativa de que os jovens, por estarem no período final de sua primeira socialização, ainda não têm noção definida sobre questões relacionadas a temas políticos como tolerância/intolerância e posicionamentos progressista ou conservador.

A fim de testar nossas hipóteses, procedemos à construção de cinco modelos de regressão multivariada (HAIR *et al.*, 2009). Nos quatro primeiros, analisamos as modalidades de participação separadamente com uso da técnica de regressão logística. Para o índice geral de participação, optamos pela técnica de regressão linear, de modo que a lógica que perpassa os cinco modelos é:

$$Y_n = a_n + \beta_{n1}X_1 + \beta_{n2}X_2 + \beta_{n3}X_3 + \beta_{n4}X_4 + \beta_{n5}X_5 + \beta_{n6}X_6 + \beta_{n7}X_7 + \beta_{n8}X_8 + e_m$$

Nesse exemplo, Y_n representa a variável dependente; X_n representa as variáveis independentes e os controles utilizados, que são: X_1 – gênero; X_2 – tipo de escola; X_3 – classe social; X_4 – religiosidade; X_5 – grupo étnico; X_6 – escolaridade dos pais; X_7 – tolerância/intolerância; X_8 – visão economia Estado/privado.

⁸ A literatura menciona que os escores dos fatores estimados para cada indivíduo costumam ser mais confiáveis do que os scores das variáveis observadas individualmente (TABACHNICK e FIDELL, 2007). A interpretação dos fatores é relevante para compreender as correlações entre as variáveis na matriz. No entanto, é necessário ter cautela ao aplicar essa interpretação no nível individual. Uma abordagem comumente empregada na literatura é o uso do escore fatorial, que atribui um valor a cada indivíduo com base no fator em questão. Isso proporciona uma medida mais confiável da associação do indivíduo com o fator, pois os escores são combinações ponderadas de todas as questões. Essa estratégia também foi adotada por pesquisadores como Dalton (2018) e Borba, Silva e Amorim (*mimeo*). Para obter mais detalhes sobre os testes e análises realizados, consulte o apêndice on-line deste trabalho. Os escores assumem forma contínua e foram recodificados com valores entre 0 e 1. As variáveis foram codificadas de modo que posições intolerantes e visão que privilegia a iniciativa privada tomassem valores maiores.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE EM PERSPECTIVA EMPÍRICA

Nesta seção tratamos dos testes que nos permitem compreender como se comportam os jovens com relação às hipóteses de nossa investigação. Isto posto, na tabela a seguir, apresentamos nossos cinco modelos de regressão. A Tabela 4 apresenta as razões de chance (*odds ratio*) das quatro modalidades de participação separadamente e estimativa de efeito (*estimates*) para o modelo com índice cumulativo de participação.

Iniciamos nossa discussão sobre os resultados⁹ pelos modelos unitários de modalidades de participação. Considerando o conjunto de variáveis referentes à clivagem social, a existência de significância se revelou pontual entre as diferentes formas de atuação política para tipo de escola, classe social, religiosidade, raça/etnia e escolaridade dos pais (todos explicativos em apenas um dentre os quatro modelos), havendo efeitos mais consistentes apenas para gênero em três modelos.

No modelo referente à propensão a votar, identificamos apenas uma variável estatisticamente relevante sobre clivagem social. Em relação ao tipo de escola, os alunos de escolas públicas demonstraram menor propensão a votar em comparação com os alunos de escolas particulares, o que pode ser efeito da demanda por recursos relacionada ao status de centralidade social com o qual se relaciona a imputação de custos relacionados ao voto (como tempo e dinheiro para deslocamento no dia da eleição).

⁹ Para orientar o leitor menos familiarizado com a análise de modelos logísticos, como os apresentados para cada modalidade de participação de maneira separada na Tabela 4, vale ressaltar que valores inferiores a um indicam predições negativas, enquanto valores superiores a um indicam predições positivas. Em relação ao quinto modelo, a análise é realizada com base nos *estimates*, uma vez que lidamos com modelo linear, de modo que a interpretação se baseia no sinal que indica o sentido da relação entre as variáveis. Além disso, é importante frisar que o asterisco é utilizado para indicar a significância estatística, conforme legenda da tabela.

Tabela 4. Efeitos de clivagens sociais e políticas sobre a participação política de jovens

	Votaria ¹	Partidarismo ¹	Protesto ¹	Ciberativismo ¹	Índice de Participação ²
(Intercept)	1.29 (0.52)	0.01 *** (0.01)	0.27 ** (0.11)	0.29 ** (0.12)	0.99 *** (0.21)
Gênero [Feminino]	1.28 (0.19)	2.35 * (0.89)	1.94 *** (0.29)	2.90 *** (0.45)	0.45 *** (0.08)
Tipo de Escola [Pública]	0.67 * (0.13)	0.98 (0.43)	1.35 (0.26)	0.77 (0.15)	-0.07 (0.10)
Classe ³ [Média Baixa]	1.04 (0.25)	1.53 (1.05)	0.89 (0.22)	1.74 * (0.46)	0.11 (0.13)
Classe [Média]	0.82 (0.20)	1.91 (1.30)	0.77 (0.19)	1.59 (0.43)	0.02 (0.13)
Classe [Média Alta e Alta]	1.39 (0.47)	6.70 ** (4.92)	1.04 (0.33)	2.10 * (0.71)	0.32 (0.17)
Religiosidade	1.26 (0.25)	2.43 * (0.89)	0.76 (0.15)	0.96 (0.18)	0.03 (0.10)
Etnia [Branco]	1.29 (0.20)	0.30 ** (0.11)	0.83 (0.13)	1.04 (0.17)	-0.01 (0.08)
Escolaridade dos pais	1.04 (0.03)	1.06 (0.06)	1.05 * (0.03)	0.98 (0.02)	0.02 (0.01)
Índice de intolerância	0.67 (0.29)	3.99 (3.03)	2.04 (0.88)	1.58 (0.70)	0.25 (0.22)
Índice de visão econômica privatista	0.76 (0.25)	2.57 (1.69)	0.54 (0.19)	0.56 (0.20)	-0.25 (0.17)
Observações (n)	832	840	839	838	850
R	0.020 ⁴	0.011 ⁴	0.001 ⁴	0.009 ⁴	0.058 ⁵ / 0.045 ⁶

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NUPESAL (2019).

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

¹ Modelo logístico com valores *odds ratio*; ² Modelo linear com valores *estimates*; ³ Classe baixa é a categoria de referência, sendo que a tabela omite NS/NR para classe social, sem efeitos significativos; ⁴ R² Tjur; ⁵ R²; ⁶ R² Squared.

No modelo sobre partidarismo, constatamos inicialmente expressiva relevância do gênero feminino como tendo maior propensão de manifestação de alguma preferência partidária. Ademais, há efeitos de relevante intensidade de perceber-se como sendo de classe social média alta ou alta e da intensidade de religiosidade. Por outro lado, verificamos que não-brancos têm mais possibilidade de serem partidários do que brancos.

Para a participação em protestos e mobilizações, se repete o efeito positivo e consistente relacionado ao gênero feminino, e também identificamos que o indicador conjunto de escolaridade dos pais teve um efeito positivo e significativo, destacando a importância dessa característica de centralidade social à participação contestatória.

Por fim, o ciberativismo revelou-se afetado entre os jovens pelo gênero feminino e pela manifestação de pertencimento à classe social média baixa, indicativo de utilização dessa modalidade de participação não convencional por aqueles que estariam à margem da centralidade em termos de acesso amplo a direitos, como constatado no caso nacional por Amaral, Bueno e Gimenes (2021) ao dialogar com o conceito de *subaltern counterpublics*.

Ao analisarmos o modelo cuja variável dependente é o índice cumulativo das distintas formas de participação testadas, destaca-se apenas o efeito do gênero feminino, reforçando o destaque dessa característica na participação juvenil.

Ante a esse conjunto de resultados, podemos inferir que confirmamos parcialmente *H1*. *As clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens*, uma vez que identificamos efeitos de todas as variáveis inseridas como predictoras de clivagem social nos diferentes

modelos, ainda que para a maioria delas não haja recorrência de significância estatística¹⁰.

Em se tratando de efeitos consistentes, destaca-se dentre o conjunto de indicadores de clivagem social o gênero feminino, que apresentou associação positiva e significativa em comparação com a categoria de referência masculino em três das quatro modalidades, bem como efeito positivo e significativo no modelo com índice de participação. O resultado diverge de achados de pesquisas internacionais – inclusive Dolezal (2022) – e nacionais sobre determinantes da participação; no entanto, é importante ressaltar que a base de dados utilizada pela maioria dos demais manuscritos abrange o público em geral dos países analisados, enquanto nosso estudo se concentra em jovens de uma grande cidade.

Nesse sentido, ao analisarmos os valores preditos do modelo, com as demais variáveis mantidas constantes, observamos, por exemplo, um valor previsto de 1,64 (intervalo de confiança de 1,48 a 1,8) para mulheres e 1,19 (intervalo de confiança de 1,03 a 1,35) para homens no modelo conjunto, o que corrobora a hipótese relativa ao *gender gap* mencionada anteriormente neste trabalho. Tal resultado confirma nossa hipótese *H1a.*, de que *Mulheres jovens participam mais do que homens jovens.*

Com relação às variáveis de clivagem política, não apresentaram significância em nenhum dos modelos, o que confirma a hipótese *H2.* *As clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política*

¹⁰ Rodamos um modelo alternativo ao quinto modelo, em que a variável dependente contemplou a soma de somente três das modalidades de participação, excluindo o partidatismo pela baixa adesão entre os respondentes. Os resultados não se alteram significativamente, tendo como única exceção que o índice de visão econômica mantém o sinal do teste e atinge significância, o que poderia refutar parcialmente *H2* especificamente para o índice, contudo, se afastaria do modelo de Dolezal (2022) com o qual dialogamos neste artigo. O modelo completo consta no apêndice.

de jovens, possibilitando estabelecermos que, de fato, nos chamados anos impressionáveis, são as características estruturais, ligadas ao posicionamento dos indivíduos na estrutura social, que conformam seu comportamento político. Nesse período, seus valores políticos, expressos em posicionamentos sobre *issues*, por exemplo, ainda estão em formação, o que explicaria a ausência de impacto de variáveis mais específicas do campo da política sobre a cultura política dos jovens¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos recentes (FUKS e MARQUES, 2022) têm apontado uma crescente polarização na sociedade brasileira, expressa especialmente na dimensão afetiva, situação em que, cada vez mais, as pessoas desgostam e são intolerantes em relação àquelas identificadas como seus oponentes políticos. Se essas divisões estão afetando as novas gerações, é prova de que existem fraturas que estão se tornando estruturais na sociedade.

Tomando o cenário de polarização como pano de fundo, procuramos, neste trabalho, analisar em que medida duas dimensões do conceito de clivagem (social e política) se relacionam com padrões distintos de participação política entre os jovens. Um dado positivo é que as diferenças valorativas (intolerância política e preferência por Estado ou mercado) não se mostraram preditoras de participação.

¹¹Para além das respostas às hipóteses que nos propusemos a testar neste artigo, salientamos que, enquanto algumas variáveis independentes dos modelos são binárias – como gênero, religiosidade e etnia – e de simples interpretação, outras possuem natureza contínua ou com mais de duas categorias. Com o objetivo de melhor compreender as relações desse segundo tipo de variáveis com relação às modalidades de participação, na Figura 1 apresentamos, no apêndice, gráficos dos valores previstos das variáveis explicativas não binárias que atingiram significância estatística nos modelos expostos na Tabela 4. Embora as clivagens atitudinais não tenham alcançado significância estatística em nenhum dos modelos, em alguns deles os valores ficaram próximos de $p < 0,05$, de modo que optamos por incluir esses casos também na figura.

Em termos de clivagens sociais, os resultados corroboram a literatura sobre centralidade social, porém afetando de maneira distinta as chances de participação nas diferentes modalidades. A única variável que se mostrou constante foi gênero, no sentido de maior participação das mulheres, uma descoberta relevante e alvissareira, que vai ao encontro dos debates recentes em torno da mudança cultural e do *modern gender gap*.

Se essa mudança aqui identificada para o caso das jovens de Porto Alegre estiver acontecendo em outros contextos do país, temos elementos para acreditar que, num futuro não muito distante, as desigualdades de gênero na política venham a desaparecer. Acompanhar essas transformações, porém, envolve o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas sobre o tema a serem desenvolvidas em todo o território nacional. Uma tarefa para as(os) cientistas sociais!

SOBRE OS AUTORES

Julian Borba: Doutor em Ciência Política pela UFRGS, professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisador do CNPq. Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP/UFSC).

Gregório Unbehaun Leal da Silva: Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP/UFSC).

Éder Rodrigo Gimenes: Doutor em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Participação Política (Nuppól/UEM) e do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP/UFSC).

REFERÊNCIAS

1. ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, v.10, n. 16, p. 117-152, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362002000100005>
2. ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 37-72.
3. ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
4. ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1963.
5. AMARAL, Eloísa de S.; BUENO, Zuleika de P.; GIMENES, Éder R. Mídias sociais como repertório político de subaltern counterpublics. *Estudos de Sociologia*, v. 25, p. 147-174, 2021. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.14762>
6. ANSOLABEHHERE, Stephen; RODDEN, Jonathan; SNYDER, James M. The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, v. 102, n. 2, p. 215-232, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055408080210>
7. AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio O. (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; UNESP, 2004.
8. BAQUERO, Marcello. Internet, political socialization, and youth's political culture in the south of Brazil. *Open Access Library Journal*, v. 4, n. 4062, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4236/oalib.1104062>
9. BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute V. A. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, n. 11, p. 139-153, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1506/1224>. Acesso em: 09 jul. 2023.
10. BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia; MORAIS, Jennifer A. de. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. *E-Legis*, v. 12, p. 42-63, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i28.440>
11. BARNES, Samuel; KAASE, Max. *Political action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979.
12. BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. *Identity, competition and electoral availability*. New York: Cambridge University, 1990.
13. BLAIS, André; RUBENSON, Daniel. The source of turnout decline new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 1, p. 95-117, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414012453032>
14. BOAS, Taylor; SMITH, Amy Erica. Religion and the Latin American voter. In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (Orgs). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan, 2015. p. 99-121.
15. BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v.27, n.2, p.263-288, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>

16. BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo A. Los determinantes del activismo partidario en América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 5, p. 13–47, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14201/rlop.22306>
17. BORBA, Julian; SILVA, Gregorio, AMORIM, Lucas C. Cleavages in Brazil: a longitudinal dimension. In: IPSA CONGRESS, Buenos Aires, 2023.
18. CALDEIRA, Teres Pires D. R. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 98, p. 13–20, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100002>
19. CARMINES, Edward G.; D'AMICO, Nicholas J. The new look in political ideology research. *Annual Review of Political Science*, v. 18, p. 205–216, dec. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-060314-115422>
20. CRISTO, Hélio S. de; ARAGÃO, José Wellington M. de; SABA, Hugo. Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação e formação políticas juvenis. *Cadernos de Pós-Graduação*, v. 21, n. 2, p. 46–58, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22908>. Acesso em: 09 jul. 2023.
21. DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
22. DALTON, Russell J. *Political realignment: economics, culture, and electoral change*. Oxford: Oxford University, 2018.
23. DEEGAN-KRAUSE, Kevin. New Dimensions of political cleavage. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University, 2007. p. 538–556.
24. DEEGAN-KRAUSE, Kevin. Full and partial cleavages. In: BERGLUND, Sten et al. (Eds.). *The Handbook of political change in Eastern Europe*. 3rd edition. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 35–50.
25. DOLEZAL, Martin. Social and political cleavages and political participation. In: GIUGNI, Marco; GRASSO, Maria (Eds.). *The Oxford handbook of political participation*. New York: Oxford University, 2022. p. 471–488.
26. EASTON, David. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, n. 4, p. 435–457, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/193437>. Acesso em: 10 jul. 2023.
27. FELDMAN, Stanley; JOHNSTON, Christopher. Understanding the determinants of political ideology: Implications of structural complexity. *Political Psychology*, v. 35, n. 3, p. 337–358, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/pops.12055>
28. FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560–593, 2022. DOI: <https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>
29. HAIR, Joseph F. et al. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2009.
30. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
31. KINDER, Donald R. Politics and the life cycle. *Science*, Washington, v. 312, n. 5782, p.1905–1908, 2006.
32. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

33. MILBRATH, Lester W. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.
34. MILBRATH, Lester W.; GOEL, Madan L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College, 1977.
35. MORAIS, Jennifer A. de; BERNARDI, Ana Julia B. Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil. *Análise Social*, n. 239, p. 364-386, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232975>. Acesso em: 10 jul. 2023.
36. MORAIS, Jennifer A. de; MILANEZI, Felipe S.; LIMA, Caroline O. N. de. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. *Juventude. Br*, v. 19, n. 1, 16-24, 2021. Disponível em <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/243>. Acesso em 23 jun. 2023.
37. MORENO, Alejandro. *Political cleavages: issues, parties and the consolidation of democracy*. London: Routledge, 2019.
38. MORGAN, Jana. Gender and the Latin American voter. In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (Orgs.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan, 2015. p. 143-167.
39. NORRIS, Pippa. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University, 2007. p. 628-652.
40. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. New York: Cambridge University, 2003.
41. OKADO, Lucas T. A. *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
42. OKADO, Lucas T. A.; RIBEIRO, Ednaldo A. LAZARE, Danilo. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. *Pro-posições*, v. 28, n. 1, 267-295, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0063>
43. PEÇANHA, Valéria L. Revisão bibliográfica sobre a temática da participação política da juventude nas pesquisas em educação de 2007 a 2017. *Cadernos de Pós-Graduação*, v. 21, n. 2, p. 181-192, 2022.
44. PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.
45. REIS, Fábio W. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
46. REIS, Fábio W. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
47. REIS, Fábio W.; CASTRO, Mônica Mata M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, n. 26, p. 81-131, 1992.
48. ROSSEEL, Yves. lavaan: an R package for structural equation modeling. *Journal of Statistical Software*, v. 48, n. 2, p. 1-36, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
49. SPOSITO, Marília P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

50. TABACHNICK, Barbara G.; FIDELL, Linda S. *Using multivariate statistics*. Boston, MA: Pearson, 2007.
51. TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>
52. TAVOLARI, Bianca *et al.* As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): entre a posse e o direito à manifestação. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 291-310, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020007>
53. VAN BUUREN, Stef; GROOTHUIS-OUDSHOORN, Karin. mice: multivariate imputation by chained equations in R. *Journal of Statistical Software*, v. 45, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.jstatsoft.org/index.php/jss/article/view/v045i03>. Acesso em: 19 jun. 2023.
54. VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University, 1995.
55. WATTENBERG, Martin P. Electoral turnout: the new generation gap. *British Elections & Parties Yearbook*, v. 13, n. 1, p. 159-173, 2003.

Submissão em: 3 jul. 2023

Aceito em: 7 jul. 2023



